Município de Alvito

Convite à apresentação de propostas

Procedimento n.º CP 07@/2022

Consulta prévia

Locação de bens móveis

Locação de stands para a Feira dos Santos e dos Frutos Secos 2022, em Alvito

CONVITE

Consulta prévia para locação de bens móveis

Nos termos dos artigos 114º a 127º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a Câmara Municipal de Alvito convida V. Exª a apresentar proposta, **até às 17:00 horas do 6.º dia a contar da data do recebimento deste convite,** para uma **Locação de stands para a Feira dos Santos e dos Frutos Secos 2022, em Alvito**, devendo observar-se o seguinte:

1 - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Alvito, sita no Largo do Relógio, n.º 1, 7920-022 Alvito; com o NIF: 501 288 120; telefone nº 284 480 800; e-mail: geral@cm-alvito.pt.

2 - Órgão que tomou a decisão de contratar

A abertura do presente procedimento tem por base o Despacho do Ex. m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alvito, datado de 07 de outubro de 2022, proferido no âmbito das competências próprias atribuídas por lei.

3 - Tipo de Procedimento

Procedimento por consulta prévia, nos termos da alínea c), do nº 1, do artº 20º, do Código dos Contratos Públicos.

4 - Fundamento da escolha do procedimento

De acordo com as disposições conjugadas do artigo 18.º e do artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos, a escolha do procedimento de consulta prévia é feito tendo por base o valor do contrato.

5 - Peças do procedimento

Todas as peças do procedimento serão enviadas com o convite.

6 - Propostas

A proposta é constituída pelos seguintes documentos, de acordo com o art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos elaborada em conformidade com o anexo I do Código dos Contratos Públicos e constituindo o anexo I deste convite (formato PDF);

b) Declaração do concorrente, devidamente assinada, com indicação do preço do serviço a realizar, não incluindo o IVA, mencionando expressamente a sua não

inclusão, e que ao preço acresce aquele imposto à taxa legal em vigor à data da respetiva liquidação, caso seja aplicado, bem como os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar (formato PDF);

c) Certidão permanente comercial ou código de acesso, quando aplicável (formato PDF).

Poderão ser apresentados quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

Todos os documentos terão de conter assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante, de acordo com o disposto no artigo n.º 4 do artigo 57.º do CCP.

7 - Idioma dos documentos das propostas:

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, de acordo com o n.º 1 do art.º 58.º do Código dos Contratos Públicos.

8 - Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo de validade das propostas é de 66 dias úteis, contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação, nos termos do artigo 65º do Código dos Contratos Públicos.

9 - Critério de adjudicação

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo o referido fator o preço.

Em caso de empate, o desempate será realizado recorrendo ao método de sorteio.

10 - Esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados ao Serviço de Contratação Pública de Empreitadas, Bens e Serviços e endereçados exclusivamente através da plataforma da Acingov.

11 - Propostas com variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

12 - Caução

Nos termos do artº. 88º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução.

13 - Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

14 - Tipo de contrato

Locação de bens móveis

15 - Contrato

Nos termos do artº 95º do Código dos Contratos Públicos, não será celebrado contrato escrito.

16 - Preço base

O preço base é de 23.000,00€ (vinte e três mil euros), valor sem IVA incluído.

17 - Consulta preliminar ao mercado

Foi realizada consulta preliminar ao mercado nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contrato Públicos

18 - Prazo e modo de apresentação das propostas

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados até às 17:00 horas do **6.º dia a contar da data do recebimento deste convite**, em formato eletrónico, exclusivamente, através da plataforma eletrónica da acingov, assinados digitalmente.

19 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

a) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (Formato PDF);
b) Declaração do anexo II do Código dos Contratos Públicos, e que constitui o anexo II do presente convite (Formato PDF);
c) Comprovativo de submissão e validação da declaração efetuada no RCBE, quando aplicável (Formato PDF).

20 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias após a data de adjudicação.

21 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados, que podem levar à caducidade da adjudicação, é de 2 dias.

22 - Assinatura eletrónica dos documentos

Todos os documentos enviados deverão ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o disposto no artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente juntar documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

23 - Publicitação e eficácia do contrato

De acordo com o n.º 3 do artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos, a publicitação da celebração do contrato no portal da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) é condição do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

24 - Legislação Aplicável

Em tudo o omisso no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

Alvito, 06 de outubro de 2022.

O Presidente da Câmara,

Assinado por: **JOSÉ MANUEL CARVALHO PENEDO MARTINS EFIGÉNIO**
Num. de Identificação: 10265245
Data: 2022.10.11 10:31:03+01'00'
Certificado por: **Secretaria-Geral do Ministerio da Administracao Interna.**
Atributos certificados: **Presidente da Câmara Municipal de Alvito.**
CARTÃO DE CIDADÃO

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere à alínea *a*) do n.º1 do artigo 57.ºou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representação legal de (*1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (*2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reversas, todas as cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (*3):

a)...

b)...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo a que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b), d), e)* e *h)* do n.º1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (*4)].

(*1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(*2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(*3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º1 e nos n.º2 e 3 do artigo 57.º

(*4) Nos termos do disposto nos nº 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].
(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III

Modelo de proposta

----------, contribuinte nº----------, na qualidade de representante legal da (nome da empresa) contribuinte fiscal nº ----------, com sede na (morada), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do Procedimento (especificar o procedimento de contratação), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos e legislação aplicável, pelo valor de -------- (valor por extenso), a que acresce o I.V.A., à taxa legal.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato a celebrar, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.